

A interiorização do ensino federal superior na Amazônia: os impactos da UNIFESSPA no sudeste do Pará

RESUMO

Rafael Gonçalves Gumiero
gumiero84@gmail.com
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá. Pará. Brasil.

Ana Maria Tigre Lopes
anati@remaria@unifesspa.edu.br
Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo. Brasil.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o REUNI fomentaram sistemático avanço na chave de programas sociais para inclusão social e empoderamento da população no interior e faixa de fronteira do Brasil. O objetivo do artigo é averiguar se houve mudança do perfil dos discentes no ensino superior federal, com a inserção de discentes de baixa renda e de etnia afrodescentes, indígenas e quilombolas, por intermédio da implantação da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) em Marabá, Rondon do Pará, Xinguara, São Felix do Xingu e Santana do Araguaia, em 2013 a 2018. A metodologia aplicada foi análise de dados secundários, disponibilizados no Atlas Brasil, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (SEPLAN) da UNIFESSPA. O balanço da análise apresentou a inserção de população de baixa renda e o aumento do ingresso de pardos e negros, que passou a constituir maioria no corpo discente da UNIFESSPA.

PALAVRAS-CHAVE: REUNI, UNIFESSPA, Sudeste do Pará, empoderamento, capacitação.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades regionais marcaram a formação da Amazônia e se perpetuam ao longo das décadas evidenciando as vulnerabilidades socioeconômicas entre as estratificações sociais, gerando assimetrias territoriais. Sob o quadro de diagnóstico das desigualdades sociais dos anos 1990, ganhou a agenda de políticas públicas balizada nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), pelo binômio distribuição de renda e inclusão social. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi destacado pela expansão e interiorização do ensino superior e proporcionou maiores condições para melhoria dos indicadores de desigualdades sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), índice de Gini, pobreza e pobreza extrema.

Essa estratégia acionada pelo Reuni direcionou ações para a redistribuição estratégica de potência social (empowerment e capability) com capilarização para além da democratização ao acesso à educação superior, com forte potencial de geração de mobilidade social, inclusão política em ampliar o acesso ao conhecimento e cultura para população (CEPÊDA, 2012).

O enfoque deste artigo são as ações do REUNI, em específico para o interior da Amazônia, em especial ao caso da implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) em Marabá, no Pará. A expansão do ensino superior federal ocorreu de forma dispare na Amazônia, se comparada às outras regiões do Brasil. Dentre as experiências de implementação e interiorização de novas universidades federais nesta região, ocorreram apenas os casos da Unifesspa e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), ambas no Pará.

Os dados de vulnerabilidade social na Amazônia nos anos 2000, especificamente o Pará, apresentaram médias alarmantes, por conta dos baixos indicadores apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, referente ao IDH-M/Educação (índice de desenvolvimento humano na educação), ao ser comparado com as médias de outras unidades federativas e municípios do Brasil. O estado do Pará foi classificado dentre as vinte sete posições disponíveis, na 26ª posição, com 0.528. E ao desagregar o ranking da educação por municípios, Marabá ocupou a 2690ª posição em relação aos municípios do Brasil. Destacando que dos três únicos municípios no Pará classificados com indicador alto de IDH-M, apenas Parauapebas foi localizado na região de integração do Carajás.

As justificativas referente as contribuições desta pesquisa buscam apresentar em um primeiro movimento uma discussão teórica no campo das políticas públicas e os seus efeitos para a qualificação profissional. Esse viés analítico avança nas temáticas de empoderamento e capacitação da população, com especial ênfase para a questão das desigualdades horizontais abrangida pelas diferenças étnico racial e por gênero. Acrescenta-se como justificativa das contribuições desta pesquisa em um segundo movimento o diagnóstico do perfil dos discentes ingressantes nos cursos de graduação da Unifesspa, com um perfil étnico racial mais plural e democrático, oriundos de municípios sedes e nas adjacências da Unifesspa. Essa avaliação, subjacente aos resultados dos artigos que foram referenciados nesta pesquisa, fortalecem o argumento dos efeitos progressivos que uma política educacional no ensino superior público pode proporcionar para uma população que recebeu tardiamente uma política pública compreendida enquanto direito, como é o caso da educação superior gratuita.

Este artigo partiu da problemática das assimetrias intra-regionais do Pará, no que se refere aos indicadores de IDHM e de anos de estudos da população. A avaliação foi realizada sob o prisma das capacidades estatais do governo federal ao implementar o Reuni no Sudeste do Pará, por intermédio da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) nos municípios em que foram instalados os campi desta universidade, Marabá, Rondon do Pará, Xinguara, São Felix do Xingu e Santana do Araguaia.

O objetivo deste artigo é averiguar se houve mudança no perfil dos discentes que ingressaram no ensino superior federal na UNIFESSPA, no caso específico para Marabá, Rondon do Pará, Xinguara, São Felix do Xingu e Santana do Araguaia. Por intermédio dessa apreciação é possível averiguar em que medida as ações na propagação do ensino de graduação da UNIFESSPA promoveram a partir de 2013, momento em que foi institucionalizada essa universidade, até 2018, a inserção da população de baixa renda e de origem étnica afrodescentes, quilombolas, indígenas e de sociedades tradicionais no ensino superior.

A metodologia aplicada nesta pesquisa combinou dois movimentos de análise, sendo o primeiro o levantamento bibliográfico sobre a temática desigualdades proporcionais pela renda e acesso à direitos sociais, e desigualdades horizontais proveniente pela inequidade de distribuição de direitos sociais pelo recorte étnico racial. O segundo movimento desta metodologia priorizou os dados secundários coletados nos repositórios digitais do Atlas Brasil, relatórios das sinopses estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (SEPLAN) da UNIFESSPA, combinados com os dados obtidos pelo Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) sobre o perfil dos discentes ingressantes da UNIFESSPA. Os repositórios de dados referidos possibilitaram fundamentar os indicadores econômicos e sociais nos municípios atendidos pela UNIFESSPA, no Sudeste do Pará, compreendendo os municípios Marabá, Rondon do Pará, Xinguara, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu, nos quais fazem parte da rede multicampi da UNIFESSPA. E, posteriormente o perfil dos discentes da Unifesspa combinado com as ações referentes à implantação desta universidade federal nos municípios supracitados.

O artigo está dividido em três tópicos além desta introdução. O primeiro aborda como estratificação social analisada pelo recorte étnico racial e o seu impacto nas desigualdades de ingresso e conclusão em cursos superiores da população brasileira. O segundo foi a apresentado dados socioeconômicos que formam o quadro das desigualdades socioeconômicos dos municípios do território estratégico de atuação da UNIFESSPA. O terceiro tópico aborda o perfil dos discentes da UNIFESSPA e como a mudança dele pode promover redução na trajetória das desigualdades socioeconômicas nos municípios atendidos pela UNIFESSPA.

2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO BRASIL SOB O PRISMA DO INGRESSO DA POPULAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR FEDERAL

Dentre as contribuições científicas que podem colaborar para a compreensão da relevância das políticas educacionais para a superação das desigualdades sociais, nas ciências econômicas, Kuznets propôs em suas pesquisas que a relação entre educação e distribuição de renda está referendada pelo preâmbulo crescimento econômico e distribuição de renda, no fenômeno denominado como a curva do U invertido. Para o referido teórico, o processo de desenvolvimento provoca o aumento na desigualdade de renda, por demandar trabalhadores qualificados para postos avançados de produção no setor de transformação, cuja oferta é menor do que a demanda em países pobres. Há um aumento no salário dos trabalhadores, como resultante dessa relação estabelecida pela oferta menor do que a demanda de mão de obra com maior escolaridade. Mas, no segundo momento, a expansão das oportunidades de formação dos trabalhadores, possibilitará a qualificação e eles seriam incorporados aos postos de trabalhos demandados, promovendo a queda das desigualdades sociais (FILHO e KIRSCHBAUM, 2015).

A tese de Sen (2000) é mais abrangente por tratar de diferentes dimensões do desenvolvimento e avançar na sistematização sobre o papel fundamental da educação para o desenvolvimento e as limitações impostas pela pobreza, determinada pela privação dos direitos dos indivíduos. O teórico pondera que a privação de capacidades pode se manifestar em diferentes escopos analíticos, compreendidos desde as desigualdades de oportunidades pelo gênero, idade e epidemiológicas, e pelas desigualdades entre camadas da população em países ricos, impedindo o consumo universal dos bens, estratificada por hiatos entre o acesso a renda.

Para Sen (2000) a superação das privações de oportunidades dos indivíduos deve perpassar pela atuação do Estado em formular políticas públicas. Para o autor cinco tipos distintos de liberdade merecem ênfase: as liberdades políticas; as facilidades econômicas; as oportunidades sociais; as garantias de transparência; e, a segurança protetora. A educação é posicionada como central para a superação das privações de liberdades, que pode ser um forte potencializador para expansão de liberdades dos indivíduos, oportunidades econômicas, liberdades políticas e sociais. As políticas educacionais devem ser promovidas pelo Estado por meio de políticas públicas na capacitação de indivíduos e no atendimento das suas demandas.

Segundo Silva, Moraes, Fischer, Griboski (2021) há uma forte relação entre a expansão do ensino superior e dos cursos de pós-graduação com a diversificação da oferta de emprego, combinado com articulação com os setores produtivos, buscando aperfeiçoar os retornos marginais da renda geradas a partir da qualificação de profissionais. A ausência dessa relação impede a progressão da relação qualificação profissional com aumento salarial, o que inviabilizaria os indicadores de igualdade, como o índice de Gini, pois o mercado de trabalho não conseguiria absorver os profissionais mais qualificados ao nível de pós-graduação, nivelando por baixo os salários e ampliando as desigualdades.

Os parâmetros comparativos estabelecidos entre a educação e a distribuição de renda, permite incorporar outras determinantes que acentuam as desigualdades. O acesso dos indivíduos na educação não é uniforme, pois há

diferentes estratos sociais. Segundo Bourdieu (2012) o condicionante capital cultural providência vantagens competitivas para os indivíduos, oriundo conforme a origem familiar, os permitindo ter mais chances para estudar por mais tempo e em instituições de melhor qualidade.

O conceito de ethos para Bourdieu (2012) pode favorecer o êxito inicial da criança na experiência escolar transmitida pelo núcleo familiar, como uma herança familiar. A transmissão do capital cultural pode ser compreendida em cinco movimentos: o nível cultural global do grupo familiar mantém uma relação de êxito escolar da criança; a trajetória cultural geracional transmitida pela linhagem familiar; grupos de estudantes homogêneos em relação à categoria sócia profissional de origem. O resultado é a produção de práticas, conhecimentos culturais quanto à capacidade para compreensão e a habilidade na linguagem; o capital cultural transmitido às crianças que alcançam o êxito escolar advém da contribuição direta do seu núcleo familiar; a linguagem simboliza o ethos dos alunos, oriundo principalmente do meio familiar.

De acordo com Bourdieu o capital cultural e o ethos são determinantes para a definição de condutas escolares dos alunos. Porém, a família ocupa a posição do núcleo que permite a circulação do ethos e do capital cultural, que influencia a formação das crianças, que pode ser reverberada em êxito escolar subjacente à expansão das desigualdades sociais entre indivíduos de diferentes estratos sociais (BOURDIEU, 2012).

Há dois vetores de análise que priorizam a análise sobre o quadro das desigualdades relacionadas ao acesso da população ao ensino superior. O primeiro vetor é a estratificação vertical, do qual a premissa dele pode estar associada aos estudos clássicos de Bourdieu sobre indivíduos privilegiados pela sua origem familiar. Ou seja, o acesso à educação não é uniforme para a população composta por diferentes estratos sociais. Em síntese, o balanço dos dados sobre a distribuição desigual da escolaridade, entre os discentes, concerne como os indivíduos com características diferentes avançam ou não no acesso do ensino, e como as suas especificidades de origem familiar impactam nos anos de estudo para completar o ensino. O segundo vetor utilizado para analisar os dados referentes aos anos de estudos é o da estratificação horizontal. Esse parâmetro possui maior eficácia para evidenciar que mesmo com avanços na equalização de acesso à população a educação superior, é mantida a desigualdade conforme os filtros de análise, gênero, étnica, raça ou cor (segundo a definição do IBGE), permitindo especificar as desigualdades pela estratificação social, e os seus impactos na escolhas de cursos de graduação e nos salários auferidos pela população de acordo com o recorte das diferenças referidas (RIBEIRO e SCHLEGEL, 2015).

As desigualdades na estratificação horizontal no acesso e conclusão dos cursos de graduação da população brasileira, representada pelos recortes de gênero e étnico-racial, apresentam um quadro propalado ao longo das décadas de 1960 a 2010, pela permanência com maiores vantagens competitivas de término de cursos de graduação o perfil formado pelo gênero masculino, de origem étnico denominado pela cor amarelo e branco, enquanto os pardos possuem menores chances, mas se mantém a frente dos pretos, com menores chances dentre todos componentes do grupo. A desigualdade racial é intensificada se comparadas o perfil dos ocupantes de carreiras de alto prestígio com aqueles que ocupam as de menor valorização no mercado de trabalho, determinada pela valorização salarial e status social.

A relação estabelecida entre as desigualdades na inserção da população com menores chances de competitividade na universidade, seja por conta da ausência do capital cultural e ethos (BOURDIEU, 2012) ou pelos efeitos gerados pela estratificação social oriunda da formação de classes sociais no Brasil (FERNANDES, 2013) são determinantes invisibilizados pela tese de Kuznets, que se limitou em associar a educação como geradora de distribuição de renda. A análise de Kuznets não é suficiente para avaliar as desigualdades geradas no acesso e conclusão do ensino superior. A análise deve ser antecedida pelas interpretações sobre a formação de classes sociais do Brasil, para compreender a estrutura das desigualdades geradas e impressos nos diferentes estratos da população, no ingresso dos indivíduos no ensino superior, na conclusão do ensino superior e em sua saída para o mercado de trabalho.

A síntese da literatura que nos fornece subsídios para compreender a complexidade das estratificações sociais relacionadas às especificidades geradas pelas desigualdades no dilema raça versus classes é que permite compreender que somente políticas educacionais não serão eficientes para a diminuição das desigualdades sociais e por estratificação no Brasil.

A respeito dessa reminiscência são citados importantes teóricos que contribuíram para formação desse núcleo de pesquisas sobre as desigualdades raciais. Nos anos 1930, a obra *Branco e pretos na Bahia* de Donald Pierson, apresentou que as desigualdades possuíam a origem do preconceito na concepção de classe e não de raça. Nos anos 1950, os estudos Projeto Unesco (1953-1956) revisaram o tema raça e classe, em que as relações raciais brasileiras assumiram um efeito da condição racial nas chances de mobilidade social e na estrutura de classes, promovida pelo preconceito racial e pelas condições do negro pós-abolição. Na obra *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, de 1955, Florestan Fernandes afirmou que os critérios de raça ou cor dos trabalhadores favoreceram a formação de símbolos sociais e padrões de comportamento polarizados, porém, não é suficiente para explicar a desigual inserção dos negros na estrutura social. O outro autor da referida obra, Bastide interpretou que somente é possível discernir o que é o preconceito racial do de classes pelas relações horizontais entre os indivíduos (LIMA e PRATES, 2015).

Nos anos 1970 as pesquisas de Hasenbalg ressignificou o debate, posicionou a nomenclatura desigualdades raciais para explicar as baixas posições sociais dos negros na sociedade de classe e os efeitos do preconceito racial. Nos anos 1980, Berquó incorporou o emprego dos dados estatísticos, no qual assinalaram extremas desiguais na população brasileira, geradas pelos índices demográficos (esperança de vida, mortalidade, fecundidade, mortalidade infantil) ao revelarem que os segmentos populacionais com piores índices eram formados por pretos e pardos. Essa análise empírica foi complementada com a relação entre a educação e o trabalho, no qual destacou as desigualdades entre crianças negras e brancas para completar o ciclo fundamental e a sua intensificação em disparidades no acesso e finalização dos ensinos médio e superior (LIMA e PRATES, 2015).

A expansão do ensino pode proporcionar democratização do acesso da população brasileira em universidades públicas e deve ser mensurada para além de critérios oriundos da *economic rationale*, conforme exposto por Kuznets, mas proveniente das diferenças das estruturas sociais, sob a clivagens étnico racial. A orientação para conduzir essa ação deve ser proveniente do Estado, como baliza para dirimir calibrações para a formação, implementação e avaliação da política

pública, atendendo a critérios regionais e socioeconômicos, que estão relacionados com a composição étnico racial em sua demografia.

Na área de políticas de educação, o REUNI foi um programa que permitiu mobilizar duas importantes dimensões como uma política pública. A primeira é a educação, considerada como alternativa para o desenvolvimento, priorizado sob a matriz teórica de Amartya Sen pela capacitação e empoderamento dos indivíduos. Em conjunto ao REUNI, a Lei das Ações Afirmativas, Lei nº12.711 de 2012 foi referendada e passou a incorporar importante estratégia para a democratização do acesso ao ensino superior para a população historicamente marginalizada dos direitos sociais do Brasil, constituída pelo recorte étnico racial, negros, quilombolas e indígenas. A segunda dimensão é a do território constituída como o lócus das especificidades e desigualdades.

Em pesquisas mais recentes sobre o desempenho do REUNI, Paula e Almeida (2020) contabilizaram os fatores, Grau de Envolvimento com a Pós-graduação (GEPG), Capes/MEC e o Indicador de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), antes e pós Reuni, no qual evidenciaram que apesar da elevação dos gastos por conta de recursos em capital aplicados na infraestrutura universitária, de novos e antigos Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), houve acréscimo de rendimento dos indicadores de desempenho. No quesito GEPG avalia o número de alunos vinculados aos programas de Pós-graduação em pesquisas, em relação ao total de discentes da instituição. O conceito Capes/MEC contabiliza a média das notas de avaliação dos cursos de Pós-graduação, do qual obteve melhoria da qualidade em decorrência do envolvimento de alunos da graduação com alunos da Pós-Graduação, por intermédio do aumento da oferta de bolsas de assistência ao ensino, permitindo constituir importante assistência da Pós-graduação a graduação. No quesito IQCD houve melhoria na qualificação do corpo docente pela titulação, sobretudo os com título de doutor, no qual possibilita pleitear recursos nas agências de fomento para financiamento de pesquisa.

No entanto, o corte de gastos implementados no orçamento do ensino superior a partir de 2016, e medidas institucionalizada pelo governo federal demonstraram temeridade quanto a avaliação de desempenho positiva pós Reuni. Segundo Echalar, Lima e Oliveira (2020) há um contrassenso estabelecido pela necessidade de ampliar os horizontes da educação brasileira, pela ampliação da popularização e geração da ciência, tecnologia e inovação pelas universidades federais, por meio do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018¹, e os cortes orçamentários em educação e pesquisa, pela aprovação da Ementa Constitucional nº 95/2016, que instaurou o Novo Regime Fiscal, que concerne o teto dos gastos públicos. A geração de inovações científicas nas IFES e prevista pelo PNE foi obstaculizado pelo: contingenciamento de investimentos por intermédio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95, vigente até 2036, inviabilizará qualquer investimento relacionado a educação; a inovação está subalternizada pelo posicionamento dada as políticas nacionais pelo CT&I, condizente ao interesse dos interesses privados.

E condicionado a esse quadro, de cortes e promulgação de ações paliativas para o fortalecimento foi lançado o documento “Reuni Digital: Plano de Expansão da EAD nas IES públicas federais”, em uma versão preliminar em maio de 2021,

¹ Essa Lei regulamenta medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento do sistema produtiva nacional e regional.

que pretende acelerar o atendimento da meta 12 do PNE (2014-2024), pela expansão de matrículas na educação superior por intermédio do ensino a distância (EaD) em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A curto prazo foi estabelecido que seja orientado um plano que considere: a) “Construir documento orientador para a Institucionalização da Educação a Distância nas IFES”, a EaD como parte da Educação Superior, ao revogar o decreto que institui a Ead como modalidade de educação para ser uma diretriz curricular comum nacional para todos os cursos superiores; b) “Elaborar documento norteador para flexibilização e conteúdo mínimo do currículo, com meios para dar amparo à mobilidade estudantil em cursos e em processos de intercâmbio”, que perpassa pela identificação de cursos que podem ser ofertados totalmente a distância, com uma proposta de currículo mínimo e que estabeleceria parâmetros para definição de carga horária para mobilidade estudantil; c) “Avaliar a viabilidade uma proposta de uma Universidade Federal Digital” (CGEE, 2021).

Há nítido avanço na democratização do ensino superior com o Reuni, em 2007, porém, dadas as circunstâncias supracitadas, há severa irracionalidade na proposição de um planejamento que articule o desenvolvimento dos indivíduos pela educação e financiamento, para estabelecer ações no campo de políticas públicas de fortalecimento e ampliação do ensino superior federal.

3 BALANÇO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL E ESTADUAL NOS TERRITÓRIOS

O programa do Reuni mobilizou uma agenda de pesquisa e debates dos quais abriu uma janela de novas produções intelectuais e empíricas acerca da avaliação dos desdobramentos deste programa do governo federal implementado durante os governos Lula (2003-2006 e 2007-2010) e que buscaram mensurar se os efeitos desta política pública resultaram na redução das desigualdades sociais.

Uma importante contribuição para essa agenda de pesquisa foi a publicação da obra “Universidade e Território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI”, organizada por Monteiro Neto, Vieira e Macedo (2022), sob a tutela do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional (SDRU/MDR). Uma das principais colaborações desta obra foi a reunião de casos empíricos, em formato de capítulos, acerca do processo da expansão e interiorização ainda recente do ensino superior federal buscando abranger a diversidade de ativos culturais, econômicos e ambientais presentes nos territórios do Brasil. Concomitantemente, os referidos autores potencializam o argumento de que a estratégia da expansão e interiorização do ensino superior federal é fundamental para acionar uma reorientação indutora balizada pelo conhecimento e pela ciência, como fomentadoras do desenvolvimento e na redução das desigualdades sociais.

Demarco e Maia (2013) apontam que a implementação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi realizada a partir da regionalização formulada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelo Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) na mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, do qual abrange 396 municípios. A oferta de cursos de graduação pela UFFS foi resultante da demanda das comunidades que integram esses municípios e da valorização da vocação natural

das especializações produtivas da base territorial. A chave estratégica da política governamental, condicionada pela expansão e interiorização do ensino superior federal do ensino superior público é provocar transformações na sociedade nas dimensões de inovação tecnológica endógena e a qualificação de capital humano.

Souza e Meza (2022) argumentam que o Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPC) foi resultante de uma política estratégica do governo federal no qual articulou novos arranjos institucionais para o desenvolvimento regional em quatro dimensões: dimensão vertical, dimensão horizontal, dimensão participativa e dimensão territorial.

Na dimensão vertical foi constatado o fortalecimento do envolvimento entre o governo federal como fiador dos recursos orçamentários com o município, local de concessão dos serviços, tendo como contrapartida a concessão da infraestrutura para o campus, como a doação do imóvel e de bens patrimoniais. Na dimensão horizontal houve uma sobreposição de ações pelos ministérios, devido a ausência de ações integradas da SETEC com outros projetos e programas de outros ministérios. Na dimensão territorial a expansão da RFEPC proporcionou a interiorização dos campi dos institutos federais (IFs) de diferentes regiões do Brasil e a abertura de novos cursos em consonância à demanda pelas atividades produtivas locais. A implementação de novos campi foi circunscrita aos diagnósticos realizados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Programa Território da Cidadania, para identificar os territórios com maior índice de vulnerabilidade e no qual essa política pública poderia ampliar o seu impacto em resultados para redução das desigualdades. Na dimensão participativa houve adesão dos atores sociais ao ser formuladas as fases de proposição e implementação da política de expansão da RFEPC, como os espaços deliberativos mediados pelos seminários e conferências para tomadas de decisões deliberativas (SOUZA e MEZA, 2022).

Apesar dos autores Souza e Meza (2022) constatarem avanços no que se refere as experiências de novos arranjos ainda prevalecem obstáculos, como a polarização dos centros de decisão estarem no âmbito do governo federal, ausência de representatividade de alguns atores, o posicionamento do território somente como receptor de investimentos impedindo a consolidação de novos arranjos institucionais que envolvam a coordenação entre as dimensões vertical, horizontal, participativa e territorial.

Forte e Barbosa (2022) realizou a pesquisa e trouxe subsídios importantes para avaliação da interiorização do ensino superior, no âmbito do governo estadual, com enfoque para o caso do campus IV da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Essa avaliação coteja se houve mudança da dinâmica por intermédio do desenvolvimento socioeconômico e cultural de Catolé do Rocha, na Paraíba. Os resultados provenientes da oferta de vagas no ensino superior resultaram em atendimento às demandas da agricultura familiar, pelos cursos de extensão e pela qualificação da educação básica a partir dos egressos do curso de licenciatura em Letras. Outros resultados foram resultantes do encadeamento das atividades e serviços comerciais, fomentando o crescimento econômico local. Porém, houve empecilhos que ainda sobrepõe os efeitos progressivos do impacto da universidade estadual no território, qual seja, a dificuldade de inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho, nas áreas de agrárias e letras.

A avaliação do ensino superior elaborada pela pesquisa de Teleginski et. al. (2019), no estado do Paraná, constatou que em municípios que possuem universidades públicas houve melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no período de 1991 e 2010. Os resultados apontaram como melhoria das condições de bem-estar em quinze municípios do Paraná o aumento de 16% da renda na média, 17% na saúde, e 88% na educação. No IDHM de 2010, os vinte primeiros municípios paranaenses do ranking, somente seis municípios não possuem um instituto de ensino superior.

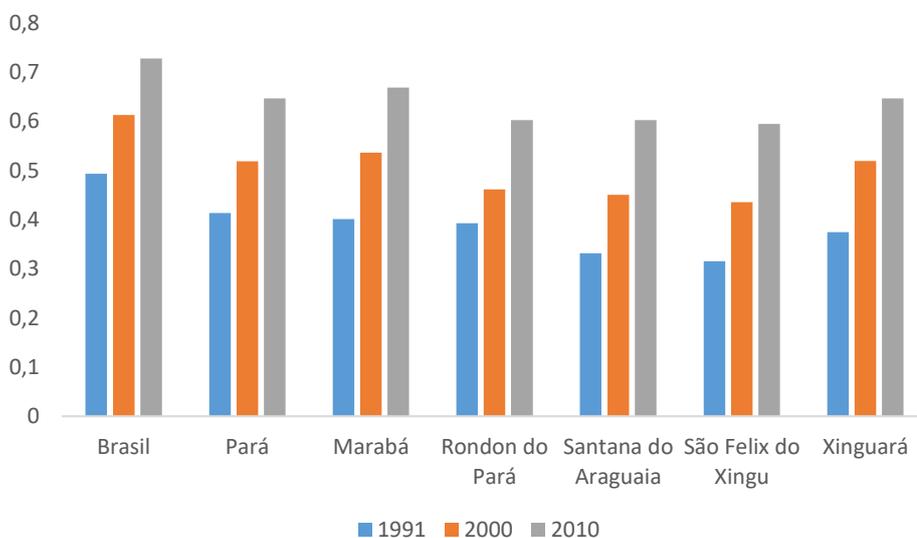
Em síntese, a agenda de políticas públicas na seara da educação fundamenta o argumento de que a estratégia da interiorização do ensino superior público nos municípios proporciona um grande cabedal de possibilidades para ampliação dos indicadores econômicos e sociais, porém, é avaliado até que medida esses efeitos se reverberarão em efeitos de geração de tecnologia e concomitantemente se houve mudança na estrutura do mercado de trabalho, a partir da oferta de empregos.

4 AS DESIGUALDADES NOS MUNICIPAIS COM CAMPIS DA UNIFESSPA NO SUDESTE DO PARÁ

Os dados tratados neste tópico apresentam os indicadores econômicos e sociais nos municípios atendidos pela UNIFESSPA no Sudeste do Pará. O recorte analítico está relacionado a Marabá, Rondon do Pará, Xinguará, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu, nos quais fazem parte do multicampi da UNIFESSPA e que pode ser considerado como território estratégico de atuação dessa IFES.

A comparação entre o IDHM dos municípios com campis da UNIFESSPA com a média do Brasil, nos anos de 1999, 2000 e 2010, demonstrou ser inferior. Entretanto, no ano de 2000 o IDHM de Marabá e Xinguará, respectivamente 0,536 e 0,519, superaram a média do Pará, de 0,518. Em 2010 apenas esses dois municípios continuaram acima da média estadual, enquanto os demais permaneceram abaixo da média.

Gráfico 1: IDHM do território estratégico de atuação da UNIFESSPA



Há uma tendência de crescimento do IDHM no território estratégico da UNIFESSPA nos anos 2000 e 2010 em comparação com os dados de 1991. Apesar desta tendência, segundo a classificação do IDHM, nos anos de 1991 e 2000, estes municípios foram classificados na faixa² de muito baixo ou baixo desenvolvimento e apenas em 2010 que atingiram a categoria médio, exceto o município de São Felix do Xingu. Apesar do aumento do IDHM do estado do Pará ao longo dos anos, ao analisar o ranking³ do IDHM por estados, o Pará caiu no ranking, ocupou em 1991 a 17ª posição, em 2000 a 19ª posição e em 2010 a 24ª, empatada com o Piauí. Em síntese, houve evolução do IDHM nos cinco municípios, e especificamente em Marabá e Xinguara superaram a média estadual em 2010, porém, inferiores se comparados ao ranking por estados.

Na tabela 1, percebe-se que a população do território estratégico da UNIFESSPA aumentou, se comparado à queda do ranking da posição do IDHM do estado do Pará, apresenta um quadro de aumento de desigualdades sociais e aumento da demanda da população por serviços públicos relacionados às políticas sociais, como saneamento básico, atendimento serviços de saúde e educação.

Tabela 1 - Dados demográficos do território estratégico de atuação da UNIFESSPA

	1991	2000	2010	2020*
Pará	4.950.060	6.192.307	7.581.051	8.690.745
Marabá	123.668	168.020	233.669	283.542
Rondon do Pará	31.674	39.870	46.964	52.803
Santana do Araguaia	15.923	31.218	56.153	74.419
São Felix do Xingu	24.891	34.621	91.340	132.138
Xinguará	42.810	35.220	40.573	45.086

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Consultado em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>.

* Os dados apresentados para o ano de 2020 são os estimados pelo IBGE consultados no <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

No gráfico 2, é possível verificar que há desigualdade nos PIBs do território estratégico de atuação da UNIFESSPA, evidenciando assimetrias territoriais. Marabá se destacou como o município com maior PIB, em uma tendência crescente ao longo dos anos 2002, com R\$ 796.211 milhões, para em 2018, alcançar R\$ 8.780.799 bilhões. Marabá se destaca no Sudeste do Pará por conta da sua posição na hierarquia urbana, como polo sub-regional, exerce dinâmica econômica principalmente no setor terciário, de serviços e comércio, além da influencia da dinâmica gerada pela infraestrutura logística na ferrovia Ferro Carajás, a rodovia Transamazônica, e pelos projetos de mineração da Vale, localizada em Marabá.

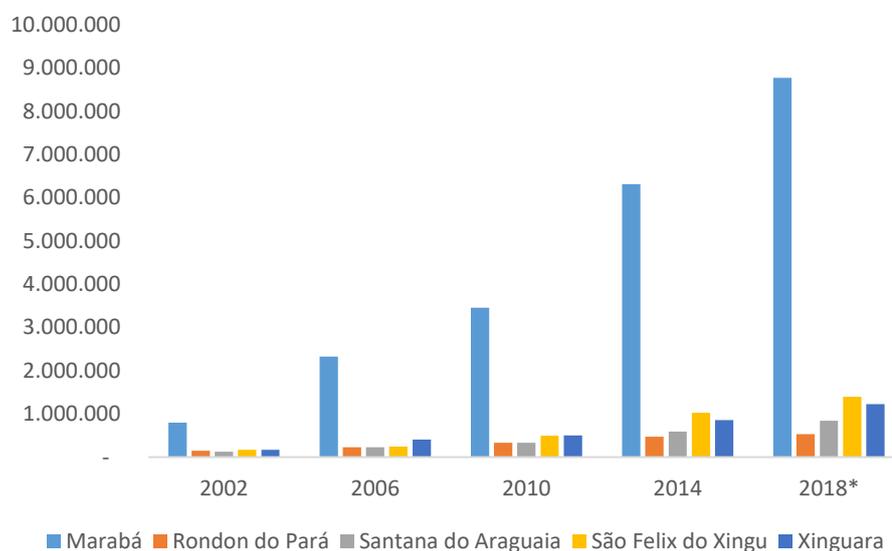
Apensar do crescimento do PIB nos demais municípios, se destacaram Xinguara e São Felix do Xingu por conta da participação da pecuária bovina no valor do PIB municipal, o que proporciona uma dinâmica pouco diversificada nos setores

² As faixas de desenvolvimento humano são as classificações que explicitam em qual categoria cada município encontra-se a partir do seu IDHM. Compõe-se de quatro faixas: Muito Baixo (0,000 – 0,499); Baixo (0,500 – 0,599); Médio (0,600 – 0,699); Alto (0,700 – 0,799); e Muito Alto (0,800 – 1,000).

³ O ranking é composto por 27 posições, incluindo o Distrito Federal.

produtivos locais, mas pavimenta a circulação do fluxo de capital proveniente da pecuária, para extensão da cadeia produtiva com a instalação de frigoríficos, e a especulação imobiliária proveniente de novos condomínios habitacionais, que passam a ser ofertados no mercado local.

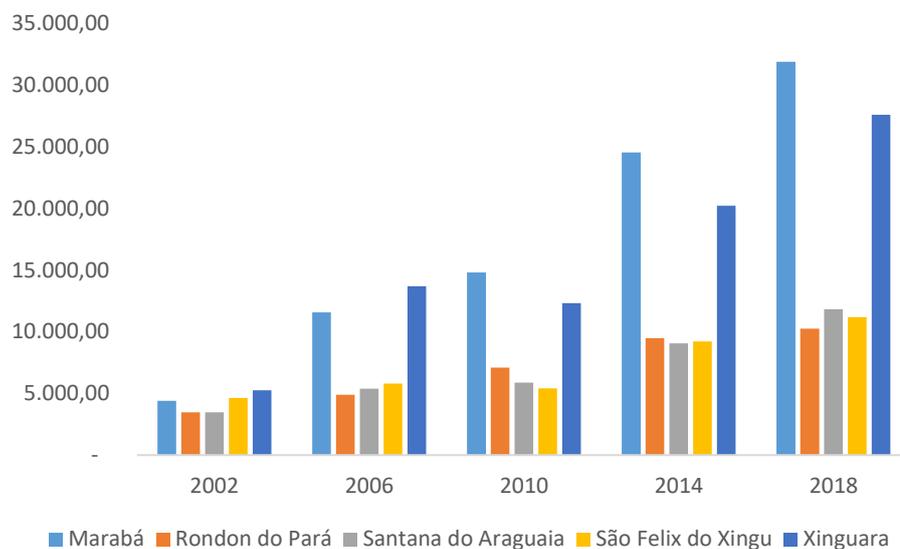
Gráfico 2 - PIB dos municípios de atuação da UNIFESSPA (em R\$ a preços correntes)



Fonte: IBGE. Consultado em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=resultados&c=1504208>

No gráfico 3, os dados de renda per capita apresentaram valores pareados entre todos os municípios nos anos 2002. Porém, a partir de 2006 houve um salto para Marabá e Xinguara, enquanto que Rondon do Pará, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu estacionaram na renda per capita. Essa tendência permaneceu na seriação histórica e está relacionada às atividades produtivas com pouca sinergia para a diversificação produtiva e na oferta de trabalho, que exigem pouca qualificação técnica, aliada à baixos salários. Em Marabá houve um salto na renda per capita, de R\$ 4.404 reais em 2002, para R\$ 31.920 em 2018. Em Xinguara a expansão da renda per capita foi expressiva, ampliou de R\$ 5.251 em 2002, para R\$ 27.618 em 2018.

Gráfico 3 - Renda per capita nos municípios do território estratégico UNIFESSPA (em R\$ a preços constantes)



Fonte: IBGE. Consultado em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=resultados&c=1504208>

A tabela 3 apresenta as taxas de pobreza e de extrema pobreza nos municípios de atuação da UNIFESSPA. Houve queda desse indicador no Pará e dos municípios do território estratégico de atuação da UNIFESSPA. Em 2010, nota-se que os melhores resultados foram em Xinguara e Marabá, abaixo da média estadual de pobreza. Na taxa de extrema pobreza, em 1991, Santana do Araguaia apresentou o percentual acima da média dos outros municípios e do estado do Pará. Em 2000, ocorreu a redução desse indicador no estado e nos municípios, exceto em Rondon do Pará e São Felix do Xingu. Em 2010, houve queda do percentual do indicador para os municípios, porém São Felix do Xingu não acompanhou o movimento e continuou a elevar-se em relação aos percentuais de 2000.

Tabela 2 - Índice de pobreza e extrema pobreza no território estratégico de atuação da Unifesspa

Municípios	1991		2000		2010	
	Pobreza	Ext. Pobreza	Pobreza	Ext. Pobreza	Pobreza	Ext. Pobreza
Pará	53,85	26,43	46,92	22,89	32,33	15,9
Marabá	53,78	24,98	38,88	16,64	23,53	10,34
Rondon do Pará	43,72	13,26	40,39	15,97	30	14,11
Santana do Araguaia	65,1	41,9	52,35	26,94	26,78	10,94
São Felix do Xingu	48,57	15,4	37,29	16,4	32,79	21,25
Xinguara	44,5	16,18	30,11	9,11	18,58	4,97

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Consultado em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. 2019.

Na tabela 3 os dados referentes aos anos de estudo da população dos municípios atendidos pela UNIFESSPA seguiram a tendência de aumento de anos de estudo em todas as categorias de ensino. Porém, alguns dados preocupam a ausência do acesso da população à educação. Na categoria idade de 15 a 17 anos no ensino fundamental completo, a média estadual do Pará em 2010 foi de 39,85%, e os municípios de São Felix do Xingu e Rondon do Pará configuraram dados abaixo da média. Na categoria de anos de estudo por idade de 18 a 20 anos com ensino médio completo, a média estadual do Pará em 2010 foi de 24,1, e neste estrato somente Marabá superou a média, com 29,54%. Na categoria de anos de estudo por idade de 18 a 24 anos cursando o ensino superior, a média do Pará em 2010 foi 6,84%, e somente Marabá e Xinguara superaram com 7,95% e 7,13%.

Tabela 3 - Dados de educação do território estratégico de atuação da Unifesspa

	Anos de estudo por idade de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Completo em %			Anos de estudo por idade de 18 a 20 anos com Ensino Médio Completo em %			Anos de estudo por idade de 18 a 24 anos cursando o ensino superior em %		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Pará	10,63	18,88	39,85	6,71	11,07	24,1	2,15	3,02	6,84
Marabá	10,74	21,02	47,19	4,74	11,31	29,54	0,21	2,12	7,95
Rondon do Pará	4,6	12,91	37,39	5,64	7,39	21,36	0,26	1,73	5,01
Santana do Araguaia	5,24	25,3	41,97	1,62	6,81	18,94	0	1,96	1,97
São Felix do Xingu	3,66	11,8	38,35	1,65	5,07	12,69	0,19	0,73	1,23
Xinguara	6,9	19,43	40,35	3,25	8,9	23,15	0	1,05	7,13

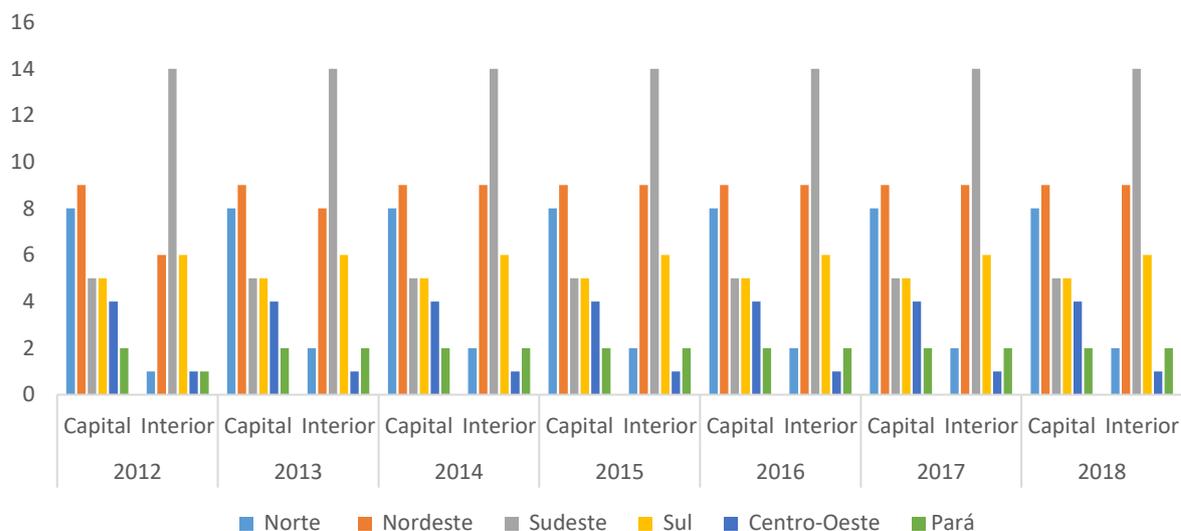
Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Consultado em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. 2019.

É perceptível o grau de desigualdades territoriais em relação aos anos de estudos da população no ensino superior, pois o percentual dos municípios de Santana do Araguaia e São Felix do Xingu não chegou a 2%, em 2010. Com base, neste quadro formado pelos dados colaboraram para identificar as desigualdades socioeconômicas entre os municípios que possuem campi da UNIFESSPA.

5 A IMPLEMENTAÇÃO DA UNIFESSPA COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOVER EQUIDADE SOCIAL

Até 2012 a interiorização de universidades federais na Amazônia foi limitada pela criação de apenas uma IFES. No Pará esta situação somente foi modificada em 2013, com a instalação de duas universidades federais no interior do estado. No gráfico 4 podemos observar que na distribuição das IFES, o Norte possui numericamente menos IFES, do que em macrorregiões do Brasil, em específico no Sudeste.

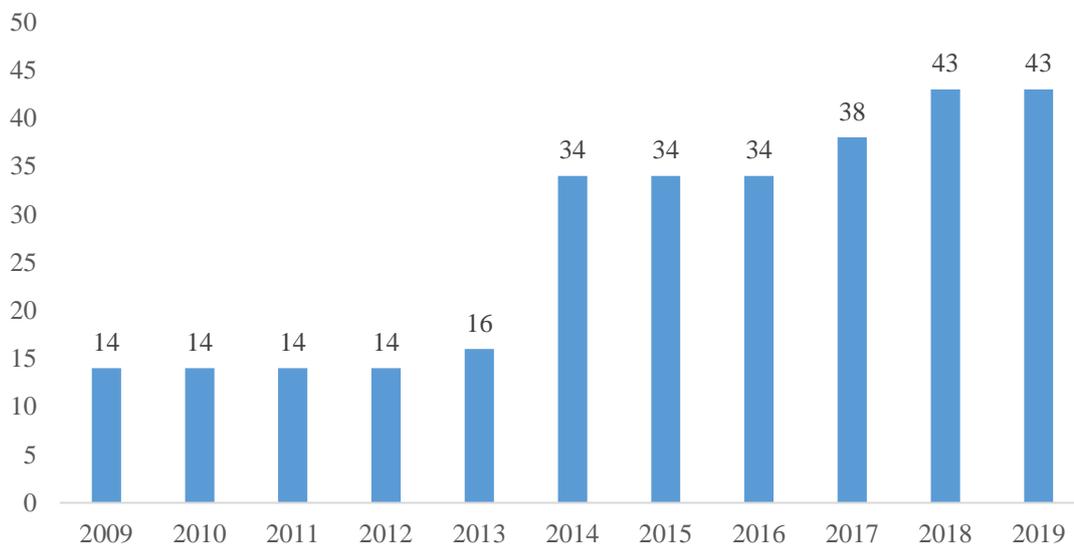
Gráfico 4 – IFES localização capital e interior Brasil



Fonte: INEP (2018).

O processo da criação da UNIFESSPA, em 2013, esteve relacionado ao desmembramento de campi da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Marabá. Houve a partir de 2014 a expansão para 34 cursos de graduação, e em 2019, ampliou para 43 cursos. A estratégia de atuação da UNIFESSPA foi o multicampi, com cursos de graduação em municípios Rondon do Pará, Xinguará, São Felix do Xingu e Santana do Araguaia.

Gráfico 5 - Número de cursos de graduação criados na UNIFESSPA

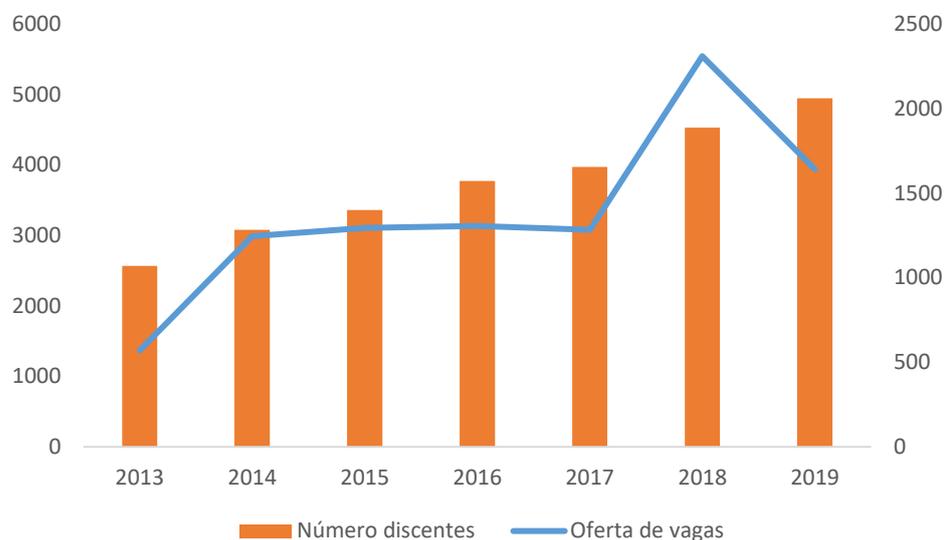


Fonte: SEPLAN (2018).

No gráfico a seguir, nos anos 2013 a 2019, a ampliação da abertura de novos cursos de graduação impactou no aumento do número de vagas de graduação ofertadas e do número de estudantes matriculados em cursos de graduação da UNIFESSPA. A ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação da UNIFESSPA

foi um fator fundamental para buscar suprir a demanda por ensino superior no interior do Pará.

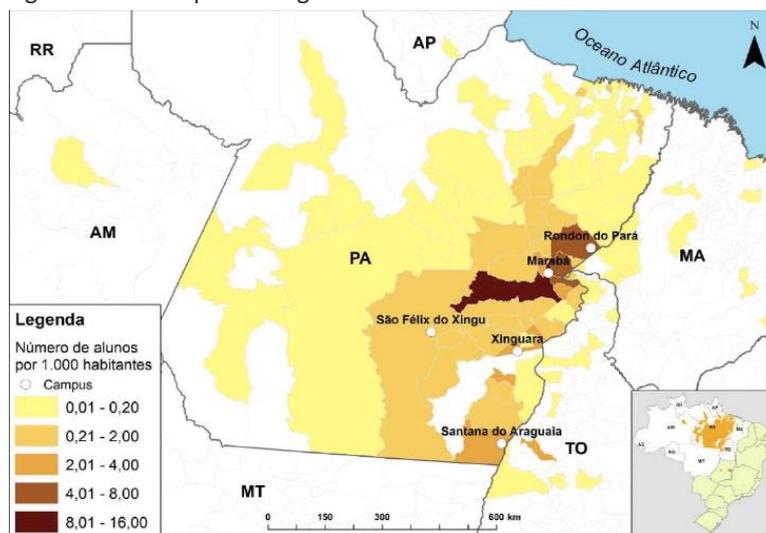
Gráfico 6 - Ofertas de vagas e discentes matriculados nos cursos de graduação da UNIFESSPA



Fonte: SEPLAN (2018).

Há maior porcentagem da origem de nascimento dos discentes da UNIFESSPA ser da região Norte, correspondente à 81,2% e a menor porcentagem advém da região do Centro-Oeste (ANDIFES, 2019). A figura 1 complementa o quadro dos municípios de origem dos discentes, em que a maior porcentagem de discentes possuem origem em municípios que estão localizados os campi da UNIFESSPA, o que demonstra aderência da demanda local às vagas ofertadas nos cursos de graduação.

Figura 1 – Município de origem dos discentes da UNIFESSPA 2014 2018



Fonte: SEPLAN (2018).

O quadro 1 apresenta o perfil dos discentes da UNIFESSPA, o que permite compreender que a abrangência e estratégia desta universidade está atendendo a população de baixa renda e oriunda do ensino médio público. A maior parcela desses discentes realizaram o ensino médio em escolas públicas, representada por 80%, o que corrobora com o viés proposto pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIFESSPA, para atender a população em situação de vulnerabilidade social. A maior porcentagem dos discentes estão localizados na sede Marabá, 92,1%, e 7,9% estão localizados fora de sede, ou seja, distribuídos nos campi universitários da UNIFESSPA em Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Feliz do Xingu e Xinguará.

Conforme o quadro 1, é possível inferir que 88% dos discentes da UNIFESSPA apresentam renda mensal per capita⁴ de até 1 salário mínimo e meio. Com base nesses dados, o principal mantenedor(a) de renda dos discentes matriculados no curso de graduação da UNIFESSPA, são o pai e mãe, somando 63,6%, e, apenas 18% possuem renda própria. Estes dados referendam a inserção de discentes de baixa renda como discente de graduação da UNIFESSPA, o que requer programas de assistência estudantil para a permanência dos discentes, devido ao baixo valor da renda per capita das famílias dos discentes.

Quadro 1 – Características do perfil do discente UNIFESSPA 2018 (%)

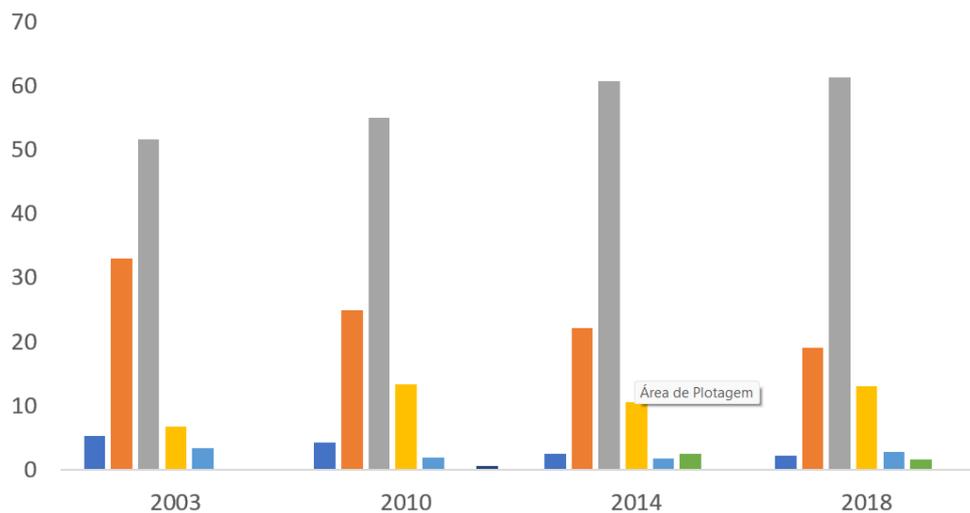
Escola ensino médio (%)		Localização dos discentes por campi (%)		Graduandos faixa de Renda mensal per capita (%)				Graduandos principal mantenedor(a) do discente por grupo familiar (%)							
Escola Pública	Escola Particular	Sede	Fora	Até 1 e meio S.M.	Mais de 1 e meio a 3 S.M.	Mais de 3 S.M.	Não respondeu	Discente	Cônjuge	Pai	Mãe	Filho(a)	Avô(ô)	Irmão(ã)	Outra pessoa
80	20	92,1	7,9	88	6,7	2,5	2,8	18,4	10,1	35,5	28,1	0,1	3,6	2,3	1,8

Fonte: ANDIFES 2019.

No gráfico a seguir, a etnia segundo a designação do IBGE, por cor, dos discentes foi analisado na região Norte. Nela é possível apreender que o percentual de discentes brancos diminuiu de 33%, em 2003, para 19%, em 2018. Enquanto o percentual de discentes pardos aumentou de 51,6%, em 2003, para 61%, em 2018, e na população que declarou ser preta houve aumento, de 6,8%, em 2003, para 13,1%, em 2018. Porém, ainda ocupa o menor percentual de representação no número de discentes nas IFES do Norte.

⁴ A faixa de renda *per capita* abrange toda a família do discente, considera em seu grupo familiar o principal mantenedor(a) do discente.

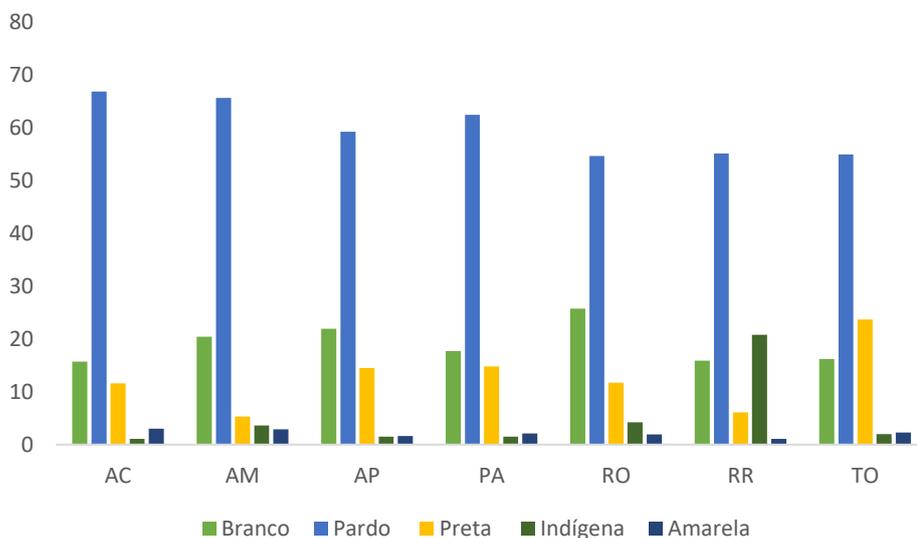
Gráfico 7 – Discentes matriculados no ensino superior federal no Norte



Fonte: ANDIFES (2019).

O gráfico seguinte apresenta o percentual da divisão étnica racial dos discentes nas universidades federais nos estados da região Norte. Em todas as unidades federativas o maior percentual foi de discentes pardos, acompanhados aos discentes brancos em segundo lugar, com exceção de Tocantins. O percentual de discentes indígenas ainda é pequeno, se comparados às outras etnias.

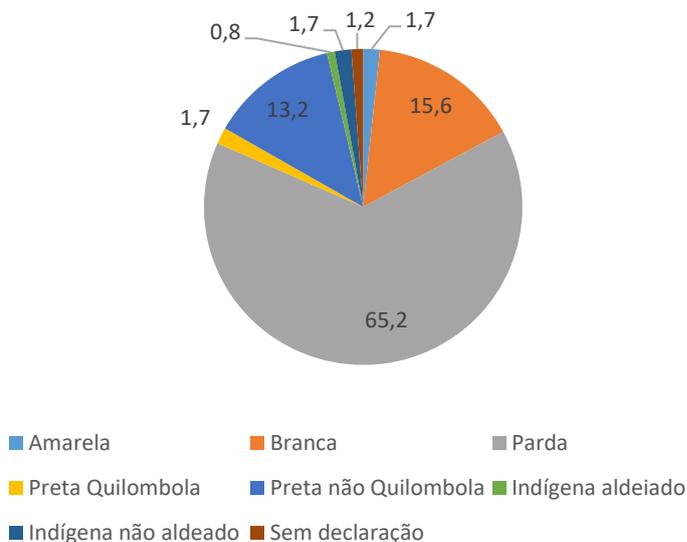
Gráfico 8 – Discentes matriculados no ensino federal superior nos estados da Amazônia



Fonte: ANDIFES (2019).

No gráfico 9, na UNIFESSPA o corpo discente em 2018 foi composto por 65,2% de pardos e 13,2% de negros e 15,2% de brancos. Acompanhando tendência similar ao do Pará.

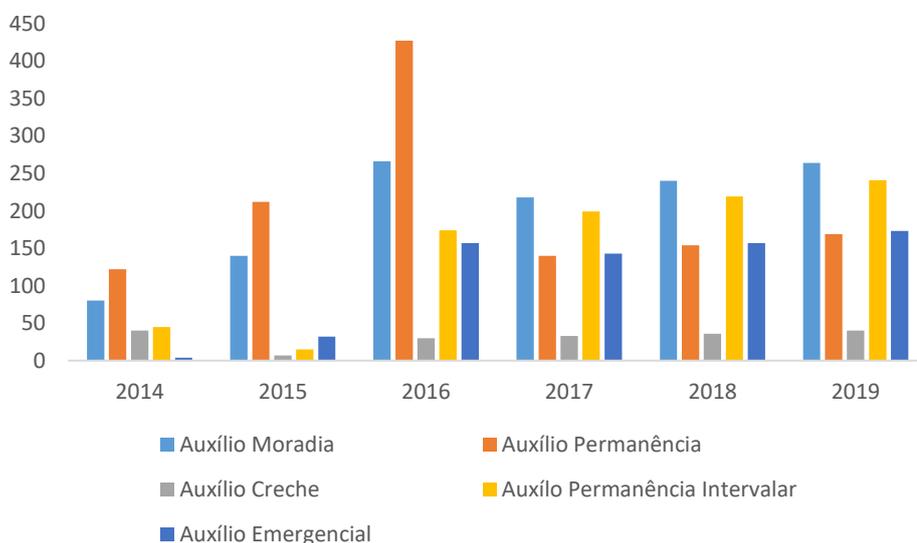
Gráfico 9 - Graduandos (as) UNIFESSPA, segundo cor - 2018



Fonte: ANDIFES (2019).

Apesar da expansão de vagas para o ingresso de novos discentes nos cursos de graduação da UNIFESSPA, após 2016, houve recuo no número de discentes que recebem o auxílio permanência e a manutenção de outras modalidades de bolsas de assistência estudantil, como moradia, permanência intervalar, auxílio emergencial e o da creche.

Gráfico 10 – Auxílio permanência dos discentes da UNIFESSPA (por número de alunos)



Fonte: SEPLAN (2018).

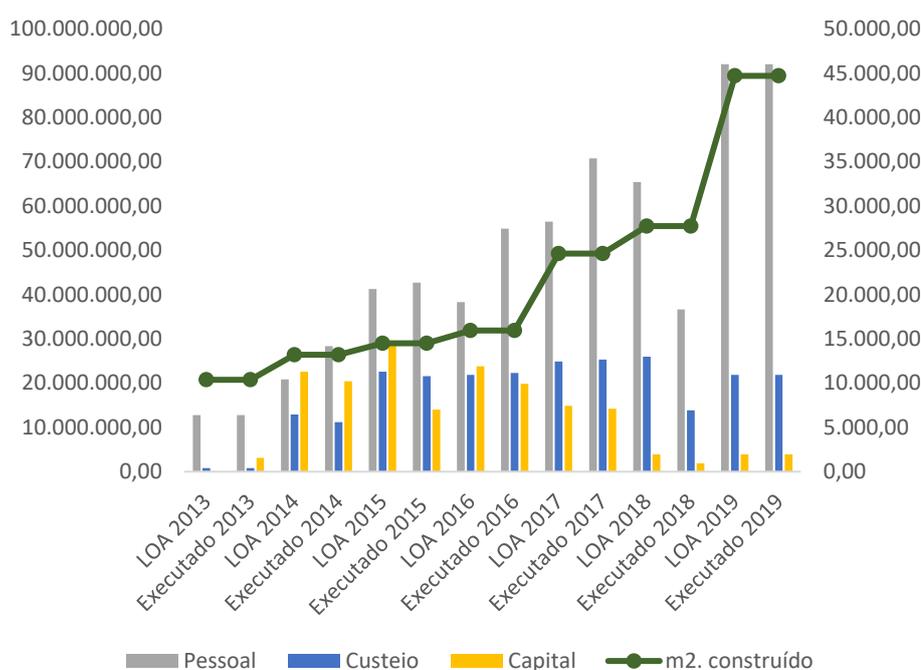
A UNIFESSPA pode ser posicionada como uma instituição que implementa nos municípios com campi uma política pública balizada pela inclusão social, avançando sistematicamente na população em vulnerabilidade econômica e social, porém, a queda de repasses orçamentários do Ministério da Educação (MEC) para as IFES, impactou na queda de recursos em capital para construção de

infraestrutura, com finalidade acadêmica, científica e relacionada aos programas de permanência dos discentes na universidade.

O gráfico 11 apresenta o balanço orçamentária da UNIFESSPA dividido em capital, custeio e pessoal. Pode ser afirmado que na seriação histórica de 2013 a 2019 somente o orçamento para pessoal aumentou, devido a abertura de novos concursos públicos para servidores federais. Por outro lado, temos um quadro e perspectiva crítica em relação aos dados de capital, pois a partir de 2016 houve queda drástica deste recurso para o ano 2019, reduzido para R\$3.900.000,00.

Nos anos 2013 a 2019, houve uma forte guinada da área construída da UNIFESSPA, por conta da fase de implementação das unidades e campi da universidade em Marabá e nos campi fora de sede. Porém, essa expansão está sendo realizada com forte restrição orçamentária do MEC, principalmente no que tange aos recursos orçamentários de capital, e essa expansão foi realizada com subsídios de emendas parlamentares de deputados e senadores da bancada do Pará no legislativo do governo federal.

Gráfico 11 – Recurso Orçamentário e área construída Unifesspa



Fonte: SEPLAN (2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura socioeconômica da população de Marabá e dos municípios adjacentes é composto por uma miscelânea étnica cultural, formada por comunidades indígenas, assentados do movimento sem terra (MST), populações tradicionais formadas pelos quilombolas e ribeirinhos, pela população afrodescendente, o que de imediato exige uma política voltada para as ações afirmativas, a nível dos governos federal e que deve compor a estrutura das ações da UNIFESSPA, enquanto uma política pública educacional direcionada para a

formação de profissionais, de pesquisa científica que permita intervir na comunidade e atender as demandas populacionais.

Dentro do quadro de interiorização do ensino superior federal no interior da Amazônia, a implantação da UNIFESSPA no Sudeste do Pará ocorreu tardiamente, e sua capacidade enquanto política pública pode mudar a trajetória do perfil de discente no ensino superior público, ao abrir as portas para o ingresso da população que concilia traços da desigualdade social brasileira. Esses resultados podem ser posicionados nesta pesquisa como inéditos, no que tange a análise do perfil dos discentes como um diagnóstico importante para calibrar as ações dos programas da UNIFESSPA. Nos dados apresentados esta questão é evidente, dado que o perfil do discentes da referida universidade foi proveniente de egressos do ensino médio público, representados por 80%, são de baixa renda representados pela renda familiar de 88% dos discentes em um salário mínimo mensal, e 84,8% do corpo discente composto pela pluralidade étnico racial, formada por pardos, negros, indígenas, quilombolas, amarelos.

A inserção da UNIFESSPA como desdobramento de uma política pública, Reuni, advinda das gestões Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), apresentou forte intersecção com os possíveis impactos que pode provocar na mudança da estrutura social no território, com forte aderência à tese de Amartya Sen, ao conceder liberdade e condições para atender a demanda pelo ingresso no ensino superior de populações do municípios do interior do Pará, proporcionando um meio para ampliar a capacitação e empoderamento. A UNIFESSPA apresenta uma poderosa alternativa para o desenvolvimento local dos municípios do seu território de atuação, ao disponibilizar acesso ao ensino superior para a população, com enfoque principalmente na população de baixa renda e altamente vulneráveis socialmente.

O auxílio permanência na UNIFESSPA pode ser posicionado como um programa que contribui para as políticas de ações afirmativas, para dar condições financeiras aos estudantes continuarem o curso de graduação. Portanto, além da necessidade de reparar as desigualdades sociais, seculares do Brasil, para com os negros, indígenas, quilombolas e populações tradicionais, representada pela questão identitária, é imprescindível que essas políticas venham acompanhadas de recursos do MEC para as universidades, como no caso da UNIFESSPA para garantir a permanência de estudantes, evitando a evasão estudantil da universidade.

Mesmo com a expansão qualitativa e quantitativa da UNIFESSPA nos últimos anos, houve retrocesso de recursos orçamentários da gestão do governo federal Jair Bolsonaro nos anos 2019 a 2022. O que coloca não só uma questão, mas um desafio. Como continuar se expandindo para atender a enorme demanda da população pelo ensino superior, represada durante décadas no Sudeste do Pará com cortes de recursos. Ademais a pesquisa apresenta limitações acerca da obtenção dos dados mais recentes referentes ao perfil dos discentes, o que poderia ser importante em termos comparativos com os dados atuais para analisar se houve mudança no perfil dos discentes da UNIFESSPA.

Esses resultados podem ser apreciados como efeitos gerados pelo processo de interiorização da Unifesspa nos municípios de Marabá, Rondon do Pará, Xinguara, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu, por intermédio de encadeamentos para trás (backward linkages) e os encadeamentos para frente

(forward linkages). Dentre os efeitos de encadeamentos para frente é possível dar continuidade a esse pesquisa a partir da análise da transformação do mercado de trabalho a partir dos egressos dos cursos de graduação, fomentando a abertura de novas áreas de atuação no mercado de trabalho, concomitantemente com a análise da agenda de pesquisa científica atualmente mobilizada pela Unifesspa e que pode ser uma importante chave interpretativa e estratégica para elaboração e difusão de conhecimento científico, para ser convertido tecnologia para aplicação na sociedade.

Os dados apresentados no artigo mostram a importância da interiorização da universidade para o Brasil, no que tange principalmente às regiões periféricas. Esse processo mobilizou importantes potencialidades, fundamentada pela formação e capacitação de recursos humanos para que seja fundamental pensar a próxima etapa, qual seja a da produção de conhecimento e tecnologia para superação das assimetrias territoriais. De forma análoga aos benefícios em infraestrutura, recursos, qualificação profissional especializada, formação de estudantes, a universidade repercute na criação de conhecimento, de fundamental importância como diagnósticos e instrumentos para fomentar políticas públicas para ser difundido nos municípios e na região, em especial a partir da saída dos discentes titulados.

The interiorization of federal higher education in the Amazon: the impacts of UNIFESSPA in southeastern Pará

ABSTRACT

The Education Development Plan (PDE) and REUNI fostered systematic progress in key social programs for social inclusion and empowerment of the population in the interior and along the borders of Brazil. The objective of the article is to find out whether there has been a change in the profile of students in federal higher education, with the inclusion of low-income students and Afro-descendant, indigenous and quilombola students, through the implementation of the University of the South and Southeast of Pará (UNIFESSPA) in Marabá, Rondon do Pará, Xinguara, São Felix do Xingu and Santana do Araguaia, from 2013 to 2018. The methodology applied was analysis of secondary data, available in Atlas Brasil, at the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), the National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education (ANDIFES), and the Secretariat for Planning and Institutional Development (SEPLAN) of UNIFESSPA. The balance of the analysis showed the insertion of the low-income population and the increase in the number of brown and black students, who now constitute the majority of UNIFESSPA's student body.

KEYWORDS: REUNI, UNIFESSPA, Southeast of Pará, empowerment, training.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconômico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso: 01/11/2019.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Site: <http://atlasbrasil.org.br>. Acesso: 24/04/2019.

BOURDIEU, P.. Escritos de educação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Reuni Digital: Plano de Expansão da EAD nas IES públicas federais (versão preliminar). Brasília-DF, maio de 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_G5ef7kiBDz4NzhM9QAtvFRWtQUI1PUC/view

CEPÊDA, V. A.. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. Revista Estudos avançados 26 (75), 2012.

DEMARCO, S.; MAIA, C. A universidade federal da fronteira sul: uma política pública em processo de implementação na perspectiva de uma construção social e interesses regionais. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013

ECHALAR, J. D.; LIMA, D. da C. B. P.; OLIVEIRA, J. F. de. Plano Nacional de Educação (2014–2024) – O uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.109, p. 863-884, out./dez. 2020.

FERNANDES, F.. Mudanças Sociais no Brasil. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora. 2013.

FILHO, N. M. e KIRSCHBAUM, C.. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, Marta. Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1 edição. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

FORTE, D.C.; BARBOSA, J. L. A. Universidade e desenvolvimento regional: análise das contribuições do campus IV da Universidade Estadual da Paraíba no município de Catolé do Rocha/PB. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 11, n. 03, p. 707-740, set./dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse estatística da Educação Superior. Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> Acesso em 03/10/2019.

LIMA, M. e PRATES, I.. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta. Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1 edição. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

MACEDO, F.; MONTEIRO, A.; VIEIRA, D. J (org). Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Brasília: IPEA, 2022.

PAULA, C. H. de; ALMEIDA, F. M. de. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.109, p. 1054-1075, out./dez. 2020.

RIBEIRO, C. A. C. e SCHLEGEL, R.. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, Marta. Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1 edição. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

SEN, A. K.. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (SEPLAN). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/images/documentos/PDI-2014-2019-Unifesspa.pdf> Acesso: 01/10/2019.

SILVA, A. M. da; MORAES, M. C. B.; FISCHER, S. D.; GRIBOSKI, C. M.. The importance of higher education in reducing income inequality in Santa Catarina. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 29 (110) • Jan-Mar 2021.

SOUZA, R.E. ; MEZA, MARIA LUCIA FIGUEIREDO GOMES DE . As Dimensões dos Arranjos Institucionais na Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 11, p. 892-927, 2022.

TELEGINSKI, D. E.; RAU, C.; NASCIMENTO, D. E.. Impacto da Universidade Pública no índice de desenvolvimento humano de municípios no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 8, n. 2, p. 150-169, mai./ago. 2019.

Recebido: 20 fev. 2023.

Aprovado: 25 mar. 2023.

DOI: 10.3895/rbpd.v12n2.16924

Como citar: GUMIERO, R. G.; LOPES, A. M. A interiorização do ensino federal superior na Amazônia: os impactos da UNIFESSPA no sudeste do Pará. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 12, n. 02, p. 587-612, mai./ago. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Rafael Gonçalves Gumiero

Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, s/n.º - Nova Marabá, Marabá - PA

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

